

# Constituinte pára já e dá folga para campanha

CATARINA GUERRA  
Da Editoria de Política

Dentro de uma ou no máximo duas semanas os constituintes que concorrerão às próximas eleições municipais terão até 23 dias livres para fazer campanha junto a suas bases. Não é nenhum recesso oficial, mas a soma máxima dos prazos regimentais entre o primeiro e segundo turnos, quando pouco ou nada haverá para se fazer em Brasília além da apresentação das emendas supressivas ou redacionais.

O primeiro turno está prestes a acabar. Além da polêmica emenda sobre a anistia fiscal aos micro e pequenos empresários, que será votada na quarta-feira com ou sem acordo, são poucas as questões que ainda provocarão debate. Uma delas pode ser a emenda aditiva que, legaliza os cassinos, defendida pelos deputados Alexandre Puzyna (PMDB-SC), Evaldo Gonçalves (PFL-PB) e Aloísio Teixeira (PMDB-RJ). Outras propostas polêmicas são as que prevêm a realização de plebiscito para a criação dos estados do Triângulo (em Minas), Santa Cruz (sul da Bahia), Iguaçu (sul de São Paulo e Norte do Paraná), e Maranhão do Sul.

Concluído o primeiro turno, uma comissão de redação composta por 15 membros e chefiada pelo presidente Ulysses Guimarães tem no máximo sete dias para apresentar o texto final. Como esse trabalho já vem sendo realizado paralelamente

às votações, com o auxílio do Prodasen, é possível que a redação final esteja pronta em três dias. Esta comissão não pode alterar o conteúdo dos dispositivos aprovados, mas cuidará da adequação e correção da linguagem a fim de dar ao texto melhor técnica legislativa.

Depois de terminado o trabalho da comissão de redação, a secretaria-geral da Mesa tem dois dias para publicar e distribuir o texto. A redação final entra, então, na ordem do dia durante cinco dias para discussão e apresentação das emendas supressivas e redacionais. Em seguida é aberto mais um prazo de cinco dias para o relator Bernardo Cabral dar o seu parecer sobre estas emendas e três dias para a apresentação de destaques. Talvez haja mais 24 horas

para a ordenação dos destaques e só então o texto estará pronto para a votação.

O tempo de duração do segundo turno de votação é uma incógnita. Cada constituinte pode apresentar no máximo quatro propostas, o que significa um número total de no máximo 2 mil 236 emendas. Isso dificilmente acontecerá, mas mesmo um número consideravelmente menor de propostas poderá render muitas discussões.

Ainda assim, há os otimistas em relação a prazos, como o secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso Martins de Oliveira. Ele acredita que em duas semanas será possível concluir todo o segundo turno. Já o deputado Vicente Bogo (PMDB-RS) acha que, se o regimento não for alterado, o segundo turno pode consumir todo o segundo semestre. Para evitar este risco, Bogo vai apresentar na próxima semana um projeto de alteração regimental que reduz os encaminhamentos em plenário de quatro para dois (um a favor e outro contrário à proposta em votação).

Os recessos da Câmara e Senado até agora estão mantidos, dos dias 1º a 31 de julho, mas já se fala em convocação extraordinária do Congresso, a exemplo do que aconteceu durante o recesso do final do ano. Na última convocação extraordinária, o Senado votou e aprovou algumas propostas, como a que proíbe a pesca da baleia em costas brasileiras e diversos empréstimos.



Paulo Afonso